

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

SACHA SILVA

**A INTERPRETAÇÃO DE CELSO FURTADO SOBRE A CRISE DA DÍVIDA
EXTERNA BRASILEIRA DURANTE A DÉCADA DE 1980**

**VARGINHA-MG
2024**

SACHA SILVA

**A INTERPRETAÇÃO DE CELSO FURTADO SOBRE A CRISE DA DÍVIDA
EXTERNA BRASILEIRA DURANTE A DÉCADA DE 1980**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Prof. Roberto Pereira Silva

**VARGINHA-MG
2024**

RESUMO

A crise da dívida externa de 1980 vivenciada pelo Brasil expôs a dependência financeira do país referente aos recursos estrangeiros e a vulnerabilidade da economia interna perante o contexto internacional. O presente trabalho visa explicar como se deu a crise através das reflexões do economista Celso Furtado. Para tal, analisamos as seguintes obras do autor, redigidas durante o período analisado: *O Brasil “pós-milagre”* (1981), *A nova dependência: dívida externa e monetarismo* (1982), *Não à recessão e ao desemprego* (1983) e *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira* (1989). A metodologia adotada é a revisão de literatura a partir da leitura de artigos e livros. O contexto histórico analisado trata-se dos anos de 1945 a 1990, com principal enfoque na década de 1980. Foi possível concluir que, segundo Furtado, a principal causa da crise do endividamento externo decorreu das políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro durante o regime militar. Já a consequência mais emblemática foi a perda de autonomia do Estado nacional na gestão de seus instrumentos de políticas monetárias, fiscais e creditícias frente aos interesses dos credores externos.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	5
2- CONTEXTO HISTÓRICO	5
2.1. O “milagre” econômico brasileiro e o agravamento da dívida externa	6
2.2. Do esgotamento do milagre à crise da dívida externa	9
3- A INTERPRETAÇÃO FURTADIANA	15
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

1- INTRODUÇÃO

A década de 1980 é um período da história econômica brasileira bastante relevante para a compreensão do contexto da economia e da política do Brasil atualmente. Foi no decorrer de 1980 que o regime democrático foi restabelecido, houve a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã e, não menos importante, a ocorrência do pior desequilíbrio econômico do país na contemporaneidade, em especial, a crise da dívida externa.

Diversos autores de diferentes áreas da ciência debruçaram-se sobre os desdobramentos ocorridos neste período com o intuito de produzir reflexões e contribuições para a resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos vivenciados. O economista brasileiro Celso Furtado foi um desses estudiosos que através de suas obras procurou compreender as raízes desses desequilíbrios além de elaborar estratégias para a recuperação do país. O presente trabalho visa expor as interpretações do autor através da análise de quatro de suas obras escritas no decorrer do período analisado, sendo elas: *O Brasil “pós-milagre”*, de 1981, *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*, de 1982, *Não à recessão e ao desemprego*, de 1983 e, por fim, *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira*, de 1989. Para a escolha de tais obras foi levado em consideração o período de publicação destas, visto os anos entre 1981 e 1983 corresponde ao triênio no qual a crise econômica e financeira do país esteve mais acentuada. A escolha do livro de 1989 corresponde à intenção de abordar o mesmo problema central do trabalho, a crise da dívida externa, em uma perspectiva temporal, com o intuito de avaliar a maturação da crítica do autor durante o passar dos anos.

Posto isso, a estrutura do texto é dividida em duas seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira propõe-se a apresentar o contexto histórico entre os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a crise econômica vivenciada pelo Brasil nos anos de 1980. A segunda aborda a sumarização das ideias principais de Furtado sobre os desdobramentos da crise da dívida externa contidas nas obras anteriormente referidas.

2- CONTEXTO HISTÓRICO

Diante das movimentações econômicas ocorridas ao término da Segunda Guerra (1939-1945) e a composição de um novo panorama mundial, a alta liquidez internacional, fornecida principalmente pelos Estados Unidos, disponibilizou a diversos países certa facilidade na obtenção de recursos externos para financiar os seus projetos de desenvolvimento interno (GASPAR, 2015). Assim, o cenário econômico mundial daquele período permitiu que tais países, dentre eles o Brasil, pudessem continuar o progresso industrial interno de suas economias. Em decorrência disso, a dívida externa de diversos Estados sofreu significativa expansão durante tais anos.

De acordo com Gaspar (2015), os anos de crescimento mundial encontram seu ponto de inflexão durante a década de 1960, período em que as contradições econômicas e tensões políticas, que estavam de certa forma camufladas pelo crescimento extraordinário, tornaram-se mais insustentáveis. É oportuno ressaltar que o cenário político mundial estava marcado pelos conflitos decorrentes da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética e diversos processos revolucionários que ocorreram entre 1945 e 1960, como a Revolução Chinesa, a Guerra da Coreia e a Revolução Cubana mostravam o caráter tenso em que encontravam-se os cenários social, político e econômico na esfera internacional.

No caso brasileiro, as tensões oriundas do período pós término da Segunda Guerra culminaram no golpe ditatorial de 1964. O regime democrático que vigorava no país desde 1945, foi interrompido em 31 de março de 1964, data de quando os militares depuseram o então presidente João Goulart e instauraram uma ditadura militar que perdurou até 1985. Após um período de ajustes recessivos que permitiram à conjuntura da economia brasileira recuperar certo equilíbrio, foram executadas políticas focadas a retomar o crescimento econômico do país (HERMANN, 2011a).

2.1. O “milagre” econômico brasileiro e o agravamento da dívida externa

Segundo Bresser-Pereira (1977), os anos entre 1967/73 significaram para o Brasil um momento histórico marcado por um crescimento econômico vertiginoso,

no qual as medidas adotadas alcançaram elevados níveis de crescimento. Com as dificuldades causadas pela inflação descontrolada e os déficits no balanço de pagamentos sendo reajustados e contidos, o cenário econômico interno convergiu para um processo de expansão que diversos teóricos alcunharam como o “milagre” econômico brasileiro. Nesse período, as taxas de elevação do Produto Interno Bruto (PIB) atingiram percentuais anuais em torno de 11,1%, alcançadas com relevante velocidade em curto prazo, conciliadas com a inflação em queda e com superávits na balança comercial (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

Muito se discute sobre as particularidades que permitiram ao Brasil atingir tal nível de crescimento, dentre elas quais seriam as principais causas e determinantes. Há também o debate entre os estudiosos de quais seriam as principais consequências que as medidas adotadas durante esses anos de notáveis êxitos econômicos tiveram nos períodos subsequentes ao milagre. Bresser-Pereira (1977) aponta que a sequela contrastante mais expressiva foi a intensificação de diversos problemas crônicos do país e cita que dentre eles estaria a expansão da concentração de renda, a permanência da renda *per capita* em níveis consideravelmente baixos e o agravamento da dependência de capital externo devido ao aumento da tomada de empréstimos internacionais. Para compreender de forma clara como esse último distúrbio foi agravado será apresentado como se deu tal deterioração.

De acordo com Cruz (1984), a dívida externa brasileira obteve seu primeiro elevado impulsionamento durante os anos 1969/73, coincidindo com a fase de expansão econômica de 1968/73. Esse impulso ocorreu durante um cenário externo favorável, onde havia um alto nível de liquidez decorrente da constituição do mercado de eurodólares em conjunto com baixas taxas reais de juros para os tomadores de empréstimos e do desenvolvimento do mercado financeiro internacional (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008; BAHRY; PORCILE, 2004). Portanto, o movimento de elevada tomada de recursos estrangeiros ocorreu em dado cenário em que os maiores credores mundiais estavam ofertando recursos com condições bastante favoráveis, o que permitiu que economias como a brasileira, deficiente em capital, pudessem contrair, de forma abrupta e acelerada, mais dívidas externas.

Cruz (1984) ressalta que a dívida externa bruta demonstrou certa constância nas suas oscilações no decorrer da década de 1960, flutuando entre 3 a

4 bilhões de dólares e que sua expansão frenética se iniciou no final da década, chegando a 12.6 bilhões de dólares em 1973, conforme ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 1: Evolução da dívida externa bruta e das reservas internacionais do Brasil no período 1960-1981

Ano	US\$ 10 ⁹	
	Dívida Externa Bruta de Longo Prazo (1)	Reservas Internacionais (2)
1960	3.1	0.3
1961	3.1	0.5
1962	3.2	0.3
1963	3.2	0.2
1964	3.1	0.2
1965	3.5	0.5
1966	3.7	0.4
1967	3.4	0.2
1968	3.8	0.3
1969	4.4	0.7
1970	5.3	1.2
1971	6.6	1.7
1972	9.5	4.2
1973	12.6	6.4
1974	17.2	5.3
1975	21.2	4.0
1976	26.0	6.6
1977	32.0	7.3
1978	43.5	11.9
1979	49.9	9.7
1980	53.9	6.9
1981	61.4	7.5

Fonte: CRUZ, 1984

Ainda de acordo com Cruz (1984), a justificativa para o crescimento elevado da dívida externa esteve calcado principalmente no argumento de que, para haver recuperação do crescimento da economia, o país necessitava de capital estrangeiro para complementar a poupança interna, ou seja, captar recursos externos era considerada uma condição indispensável (*sine quo non*), dado que o Brasil ainda consistia em ser um país cujo sistema econômico é caracterizado como subdesenvolvido. Vale ressaltar que considerável parcela desse desenfreado endividamento foi realizado através do Estado e apesar do argumento de que o capital seria usado para ser acrescentado à poupança interna, fração relevante dos

recursos captados externamente foram alocados nas reservas internacionais (BAHRY; PORCILE, 2004).

Segundo Cruz (1984), quando analisado o destino de alocação dado aos fundos captados, percebe-se a predominância financeira do acelerado endividamento durante o milagre econômico, já que, majoritariamente, os recursos foram utilizados para saldar os juros vencidos da própria dívida no decorrer do período e na constituição das reservas cambiais. Portanto, tal constatação diverge do discurso da época que foi pautado exclusivamente na necessidade inerente do país em obter capital estrangeiro para financiar o progresso industrial interno.

Em resumo, o cenário econômico externo durante o período do milagre mostrou-se favorável, caracterizado por um nível de liquidez elevado e condições de empréstimos oportunas, com reduzidas taxas de juros e períodos de pagamentos mais extensos, o que facilitou a captação dos recursos por parte dos países que necessitavam de capital estrangeiro, principalmente os países latino-americanos. Esse contexto internacional auspicioso convergiu com outros determinantes e permitiu que os resultados oriundos do ciclo expansivo ocorresse. Contudo, encoberto pelas repercussões positivas, houve desdobramentos que, posteriormente, trouxeram diversos problemas para a economia interna do país e que expôs o caráter frágil e dependente do Estado brasileiro perante a conjuntura econômica internacional.

2.2. Do esgotamento do milagre à crise da dívida externa

De 1968 a 1973 o Brasil atingiu um crescimento econômico considerável, caracterizado por percentuais anuais acima de dois dígitos do produto interno bruto, no entanto, tal expansão foi interrompida em fins de 1973 com o primeiro “choque do petróleo”. De acordo com Hermann (2011b), em dezembro de 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevou os preços da matéria-prima no comércio internacional de forma abrupta e o valor médio do barril saiu de US\$2,48 em 1972 para US\$3,29 em 1973, chegando em 1974 no preço de US\$11,58. O aumento em torno de 32,66% no custo do insumo estabelecido em 1973 já havia estremecido o mercado internacional, entretanto a elevação de

251,97% realizada em 1974 marcou o início de um período recessivo na economia mundial, sobretudo nas economias emergentes.

Hermann (2011b) pontua que o Brasil ainda apresentava elevada dependência em importar bens de capital e combustíveis naquele momento, visto que a indústria nacional não havia completado seu processo de substituição de importações, sendo assim a produção interna de petróleo, insumo no qual a matriz energética interna era baseada, não conseguia atender a demanda de sua indústria. Segundo Cruz (1984), o choque do petróleo dificultou a capacidade de importação do país e, paralelo a isso, as taxas de exportações sofreram quedas relevantes em favor do ambiente restritivo que era instaurado nos países industrializados que, conseqüentemente, resultou em déficits no balanço de pagamentos. Simultaneamente, sucedeu uma recessão na farta disponibilidade de capital que existia no mercado internacional de tal maneira que freou o Estado brasileiro de contrair mais empréstimos, recursos esses que eram necessários para conseguir fazer frente aos compromissos externos (BAHRY; PORCILE, 2004). Além disso, de acordo com Bahry e Porcile (2004), a partir de 1973 o país havia começado a assumir empréstimos à juro flutuantes, portanto, quando ocorria variações nas taxas internacionais o endividamento externo se alterava de acordo com tais oscilações e foi exatamente isso o que aconteceu quando os países industrializados iniciaram a elevação de seus juros em 1974. Ou seja, a dívida externa encarecida pelos juros internacionais, a contração e o encarecimento do capital no exterior e a queda da demanda mundial impossibilitaram o governo brasileiro de continuar, da mesma forma que estava ocorrendo, a execução do ritmo acelerado de crescimento industrial outrora iniciado durante o milagre econômico.

Apesar das dificuldades que a economia brasileira e mundial passava após o choque do petróleo, Hermann (2011b) ressalta que o novo governo do militar Geisel, iniciado em 1974, ousou ir na contramão das políticas recessivas instauradas nas economias externas e lançou a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento com o objetivo de continuar o processo de expansão industrial e econômico do país. De forma sucinta, Hermann (2011b) sinaliza que o plano visava completar o parque industrial interno e, conseqüentemente, diminuir a dependência das importações de bens de capital e petróleo e, para financiar tais metas, o governo optou por prosseguir com a captação de recursos estrangeiros, expandindo ainda mais o endividamento externo do governo.

De acordo com Cruz (1984), a execução do II PND permitiu que as taxas de crescimento do país fossem consideravelmente elevadas nos anos posteriores à sua implementação, e de certa forma, que o ideário desenvolvimentista prosseguisse após o choque do petróleo. Apesar de ainda ter atingido percentuais significativos de expansão, Cruz (1984) reforça que os esforços para realizar o II PND pressionou o governo num primeiro momento a ampliar as importações, tanto em volume quanto em valor, o que resultou em déficits na balança comercial, além de taxas de inflação mais elevadas. Tais implicações enfatizaram o aprofundamento da vulnerabilidade financeira ante o mercado externo pois, embora o crescimento interno ainda ocorresse, não foi o suficiente para amenizar os principais problemas domésticos e estrangeiros do país, tendo repercussões negativas na próxima década.

Em 1979 explodiu uma nova crise do petróleo e os preços que estavam mais estabilizados tiveram outra brusca elevação executada pela OPEP, passando de US\$13,68 em 1978 para US\$30,03 em 1979, um aumento de 119,51% (HERMANN, 2011b). Diante desse cenário, as políticas restritivas voltaram a ser implementadas nos países capitalistas hegemônicos e o Brasil atingiu o ápice de sua fragilidade. Hermann (2011b) ressalta que o país sofreu pressão por parte dos credores internacionais e do FMI para convergir com as decisões econômicas internacionais e implementar políticas ortodoxas na condução da economia interna como condição indispensável para conseguir renegociar a dívida e prosseguir com a possibilidade de dispor do capital estrangeiro. Dessa forma, o governo não teve outra alternativa a não ser frear abruptamente o ciclo expansivo.

Salomão (2016) aponta que a política econômica do governo brasileiro nos anos seguintes ao choque do petróleo concentrou-se na administração da crise do balanço de pagamentos e, conseqüentemente, em acordos com os credores externos e o FMI, diante de um cenário internacional desfavorável. Gremaud (2022) salienta que tal conjuntura externa desvantajosa deu-se principalmente pelo aumento das taxas de juros dos países desenvolvidos causando elevação da dívida externa, já que os empréstimos anteriores foram contraídos a taxas flutuantes. A ampliação das taxas de juros internacionais resultou em dificuldade por parte do governo interno em captar novos recursos estrangeiros para realizar a rolagem da dívida, além de indiretamente proporcionar déficits no balanço de pagamentos no início de 1980 (Gremaud, 2022). Devido aos ajustes ortodoxos implementados nos

países capitalistas nesse período, a demanda por exportações brasileiras sofreu significativa retração, e, em conjunto com a elevação das taxas de juros mundiais que pressionava as contas externas em virtude do expressivo volume de pagamento de juros e amortizações destinado aos credores estrangeiros, foi inevitável os déficits do balanço de pagamentos no triênio 1981-1983 (SALOMÃO, 2016).

Diante do cenário adverso da economia mundial e do persistente desequilíbrio do BP, Hermann (2011b) destaca que a postura do governo durante os anos 1981-1984, tornou-se demasiadamente recessiva na condução das políticas econômicas, principalmente na administração da política monetária. Ainda segundo a autora, a tática visava através da alta dos juros domésticos, provocar uma queda na demanda interna e, como consequência, ocasionar excedentes exportáveis, além de atrair financiamentos externos para que a situação deficitária do BP fosse amenizada. Segundo Salomão (2016), foi nesse mesmo período, mais especificamente em 1982 (ano em que a crise internacional atingiu seu ápice), que o governo brasileiro iniciou uma série de negociações com o FMI devido às sucessivas quedas das reservas cambiais

Hermann (2011b) é categórica em afirmar que tais movimentações realmente tiveram implicações positivas sobre a balança comercial nesses anos, conforme ilustrado na tabela 2, e tais resultados foram consequência, principalmente, das mudanças realizadas sobre as importações e exportações a partir da implementação do II PND e dos ajustes recessivos executados no período, além da recuperação econômica no contexto internacional a partir de 1984. Apesar disso, a taxa de inflação insistia em atingir percentuais cada vez maiores com o passar dos anos, sofrendo uma retração somente em 1986, entretanto, elevando-se novamente até o final da década, como explícito na tabela 3.

Tabela 2: Exportações, importações e saldo da balança comercial (FOB), Brasil, 1981-1985 (em milhões de US\$)

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1981	23.293,04	22.090,58	1.202,46
1982	20.175,07	19.395,00	780,07
1983	21.899,31	15.428,93	6.470,39
1984	27.005,34	13.915,82	13.089,52
1985	25.639,01	13.153,49	12.485,52

Fonte: SALOMÃO, 2016

Tabela 3: Brasil: inflação, PIB, investimento e saldo da balança comercial, 1980-1989.

Ano	Inflação (%)	Tx. de crescimento do PIB (%)	Tx. de investimento (% PIB)	Saldo da balança comercial (em Bilhões US\$)
1980	100,2	9,3	22,9	-2,9
1981	109,9	-4,3	24,3	1,2
1982	95,4	0,8	23,0	0,8
1983	154,5	-2,9	19,9	6,5
1984	220,6	5,4	18,9	13,1
1985	225,5	7,8	18,0	12,4
1986	142,3	7,5	20,0	8,3
1987	224,8	3,5	23,2	11,1
1988	684,5	-0,1	24,3	19,2
1989	1320,0	3,2	26,9	16,1

Fonte: GRANDI, 2022

Contudo, apesar dos bons resultados da balança comercial gerados a partir de 1981 e da retomada do crescimento da taxa do PIB ocorrida a partir de 1984, o resultado do balanço de pagamentos durante o período foi deficitário, com exceção dos anos 1981 e 1984, sendo o ano de 1982 com o pior resultado, como ilustrado na tabela abaixo. A principal causa dos déficits foi o volumoso pagamento referente aos juros dos empréstimos captados anteriormente que fez com que a conta das transações correntes atingisse consideráveis saldos negativos, impactando diretamente no balanço de pagamentos.

Tabela 4: Transações correntes, conta capital e saldo do balanço de pagamentos do Brasil, 1981-1985 (em milhões de US\$).

Ano	Transações Correntes	Conta Capital	Balanço de Pagamentos
1981	-11.705,87	12.745,74	624,70
1982	-16.273,20	12.100,73	-4.541,60
1983	-6.773,03	7.418,76	-24,20
1984	94,91	6.529,19	7.026,70
1985	-248,34	196,56	-456,60

Fonte: SALOMÃO, 2016

Segundo Salomão (2016), foi durante o ápice da crise internacional pós II choque do petróleo, em 1982, que foram iniciadas as negociações com o FMI, as quais iriam estender-se até metade da década de 1990. Tais negociações fomentaram a radicalização das políticas econômicas recessivas que inicialmente foram implementadas pelo governo brasileiro em 1981, convergindo com as orientações realizadas pelo FMI durante o estabelecimento dos acordos (SALOMÃO, 2016).

O ano de 1985 foi marcado pelo retorno da democracia no âmbito político do país depois de 21 anos da instauração do regime militar iniciado em 1964. O cenário econômico interno mostrava estar em recuperação, com o saldo da balança comercial e a taxa de crescimento do PIB atingindo consideráveis êxitos, apesar do alto índice de inflação. De acordo com Castro (2011), o novo governo democrático detinha o compromisso de ajustar os desequilíbrios inflacionários e da dívida externa, além de reencontrar os percursos do crescimento aliado com a almejada redistribuição de renda. Durante os anos de 1985 a 1989 o governo lançou três planos econômicos que visavam, primordialmente, a retomada da estabilização inflacionária, sendo eles, o Plano Cruzado, instituído no segundo ano do governo Sarney em agosto de 1985; o Plano Bresser apresentado pelo ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser-Pereira em 12 de junho de 1987, e o Plano Verão, anunciado em 14 de janeiro de 1989 (CASTRO, 2011). Castro (2011) aponta que tais planos obtiveram resultados significativos no início de sua implementação, porém o resultado não perdurou por muito tempo, sendo que no começo de 1990 a inflação chegou a extrapolar percentuais de 80% ao mês.

Sobre a dívida externa, os resultados angariados na primeira metade da década de 80 mostraram-se tão preocupantes quanto o elevado desequilíbrio inflacionário do país nesse momento. Como ilustrado na tabela 5, a dívida externa de 1981 a 1985 sofreu um aumento considerável de 35,93% em apenas quatro anos, e tal ampliação foi influenciada, principalmente, pela elevação dos juros internacionais, sobretudo no ano de 1982 (HERMANN, 2011b).

Tabela 5: Reservas internacionais e dívida externa, Brasil, 1981-1985
(em milhões de US\$).

Ano	Reservas Internacionais	Dívida Externa
1981	7.507,00	61.411,00
1982	3.994,00	70.197,00
1983	4.563,00	81.319,00
1984	11.995,00	91.091,00
1985	11.608,00	95.857,00

Fonte: SALOMÃO, 2016

Segundo Cruz (1984), nesse período, ficou evidente a perda de autonomia política do país, decorrente dos desajustes financeiros ocasionados pelas políticas econômicas anteriores pautadas no endividamento externo em conjunto com a clara subordinação do país em relação ao capital estrangeiro e à estabilidade macroeconômica externa. A crise vivenciada no início de 1980 e prolongada durante toda a década evidenciou a preocupante mudança de paradigma de dependência que o país sempre teve do mercado internacional, que passou de depender de importações de bens e recursos para uma subordinação totalmente financeira.

3- A INTERPRETAÇÃO FURTADIANA

O economista brasileiro Celso Furtado, é considerado um dos principais estudiosos do século passado que incorporou em seus trabalhos, entre outras concepções, as teorias de desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência nas análises econômicas, culturais e sociais dos países emergentes, com foco nos latino-americanos. De acordo com Grandi (2020), Furtado é considerado um dos precursores e expoentes dos estudos sobre subdesenvolvimento, juntamente com Raúl Prebisch e outros teóricos da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Manzatto e Saes (2021) também apontam o economista como sendo um dos vanguardistas na construção das teorias do estruturalismo e da dependência, enriquecendo o debate sobre o processo de industrialização das economias latino-americanas.

Na construção de suas concepções e trabalhos, Furtado desenvolveu extensa gama de estudos ao longo de sua trajetória como economista voltado para a estruturação de teorias específicas para a América Latina, sendo essas refinadas no decorrer das décadas. Mallorquin (2005, p. 291) ressalta que os livros e artigos redigidos entre a década de 1980 e de 1990 ilustram a evolução das ideias do autor e evidenciam a síntese de suas concepções teóricas desenvolvidas em trabalhos de anos anteriores. A reflexão de Celso Furtado, nesse período, foi marcada pela intervenção nos debates da época, tendo a análise da conjuntura econômica do país, com especial atenção para a crise da dívida externa, assumindo um papel fundamental na sua reflexão. Ademais, de acordo com Mallorquin (2005, p. 292), Furtado estabelece um diagnóstico acima de tudo político, pela forma em que aborda as questões do endividamento externo e implementa críticas às desigualdades sociais.

Durante a crise do endividamento externo que se desdobrou ao longo da década de 1980, Furtado escreveu trabalhos que abordam os desdobramentos da economia nesse período e, dentre tais obras, foram utilizadas algumas delas como norteadoras para compreender as implicações decorrentes da crise do endividamento externo: *O Brasil “pós-milagre”*, de 1981, *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*, de 1982 e *Não à recessão e ao desemprego*, de 1983. Grandi (2022) pontua que tais trabalhos representam e condensam a crítica furtadiana acerca da escolha do regime militar de utilizar como política de financiamento a expansão da dívida externa para realizar o desenvolvimento interno, além de retomar e examinar a fundo seus conceitos no que concerne à relação entre dependência e (sub)desenvolvimento.

Além das três obras citadas, o livro *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira*, de 1989, também aborda os desdobramentos econômicos e políticos ocorridos durante a década de 1980. Para Salomão (2020), a obra é provavelmente o livro de economia do Furtado que mais retrata o seu posicionamento político a respeito da crise econômica vivenciada pelo país nesta década. Em suas palavras, Salomão (2020) endossa que a obra “responsabiliza diretamente o regime militar pela controversa estratégia de endividamento externo levada a cabo desde o final dos anos 1960”.

O livro de 1981 *O Brasil “pós-milagre”*, como o próprio título já indica ao leitor, refere-se à análise do autor acerca da herança deixada pelas decisões

econômicas realizadas pelo governo brasileiro no período de 1968 a 1973, conhecido como “milagre” econômico. Dessa forma, Grandi (2020) ressalta que a obra revela as preocupações de Furtado com relação ao contexto da economia brasileira àquela época, conjuntura esta que foi frisada pela queda da taxa do PIB e elevado nível de endividamento externo, sendo assim, elaborou “diagnósticos, prognósticos e proposições teóricas e políticas acerca da economia brasileira no contexto de crise”.

No desenvolver da obra, Furtado julga que a responsabilidade pela crise econômica do Brasil após o segundo choque do petróleo deriva-se das decisões equivocadas dos governos militares anteriores em elevar a dependência financeira do país referente aos recursos externos como justificava para fomentar o crescimento econômico e permitir as transformações produtivas necessárias para reduzir a dependência de importações. Mallorquin (2005, p. 298) salienta que a decisão do governo em optar pelo aprofundamento do “endividamento externo como solução momentânea impediu de ver que a balança comercial [a partir do choque petrolífero de dezembro de 1973] já não era tão favorável, e que era necessária uma intensa reestruturação da economia”.

Para Furtado, os governos do regime militar não se preocuparam em definir objetivos que levassem em consideração as consequências no longo prazo, preocupando-se, portanto, somente com os resultados que seriam obtidos no curto prazo, principalmente quando tratou-se das políticas antiinflacionárias. Dessa forma, Furtado pontua que as bases da crise da dívida externa foram instituídas durante o período do milagre econômico.

O extraordinário crescimento da produção manufatureira brasileira, no período que se convencionou de chamar de 'milagre', ocorreu sem que se operassem modificações significativas na estrutura do sistema, vale dizer, sem que este alcançasse níveis mais altos de capacidade de autotransformação. Tanto a capacidade de autofinanciamento como o coeficiente de exportação se mantiveram praticamente estáveis. Em um primeiro momento, a modificação do perfil da demanda, em benefício dos bens duráveis, permitiu colher rendimentos crescentes, dada a existência de capacidade ociosa, em parte resultante da estrutura oligopolista do mercado desses produtos. Daí a melhoria sensível da relação produto-capital. Em seguida, o influxo de poupança externa produziu a ilusão de flexibilidade, pois as indústrias podiam reequipar-se no exterior a níveis tecnológicos superiores mediante a simples acumulação de uma dívida, cujo serviço logo escaparia à capacidade de pagamento no exterior do país (FURTADO, 1981, p.40-41).

Além das críticas quanto ao modelo de financiamento à industrialização exercido durante o período do “milagre”, Furtado também ressalta os efeitos causados sobre a distribuição de renda. Ele assinala que tal modelo “produziu desigualdades sociais que se traduzem num fosso cada vez mais profundo entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana” (FURTADO, 1981, p. 58), ademais, complementa que “também se reconhece que o regime autoritário implantado em 1964 agravou essa tendência à polarização social (FURTADO, 1981, p. 58). Dessa forma, a crítica de Furtado foi calcada no questionamento da competência no que se refere à atuação do Estado brasileiro nos âmbitos econômico e social do país.

No plano econômico, o modelo passou a ser criticado não tanto por seu sentido anti-social mas por sua tendência evidente a engendrar desequilíbrios externos e internos. A doutrina ingênua ou malandra de que bastava aumentar o "bolo" para beneficiar a todos num futuro ao alcance da mão mereceu o repúdio geral. E esmaeceu a fé nos tecnocratas como gestores ideais da coisa pública (FURTADO, 1981, p. 59).

O autor chega a elencar cinco principais recomendações que o governo brasileiro deveria seguir para enfrentar a crise vivenciada naquele período: a primeira refere-se a elevar a taxa de poupança direcionada para o investimento reprodutivo com o intuito de propiciar à economia brasileira a capacidade de utilizar os atributos de autotransformação do sistema produtivo daquela época para atenuar as assimetrias internas e externas. A segunda trata-se da indispensabilidade do governo de modificar a maneira como a economia brasileira estava inserida na divisão internacional do trabalho, sugerindo, no curto prazo, “frear o processo de endividamento e renegociar as condições do serviço da dívida, reduzindo o seu peso no futuro imediato, ou durante o período em que se mantenha a recessão nas economias centrais (FURTADO, 1981, p. 82). A terceira recomendação busca explicitar a necessidade de retirar a massa da população rural do ciclo da miséria e reconstruir as estruturas agrárias através do fomento à modernização técnica.

O quarto ponto abordado trata-se da questão de se repensar a composição da matriz energética do país com o objetivo de reduzir os custos em conjunto com o esforço de ponderar sobre a forma como se dava a organização do espaço acerca “da localização das atividades industriais e do tipo de urbanização” (FURTADO, 1981, p. 87). A quinta questão ponderada pelo autor, dentre suas recomendações,

relaciona-se com a responsabilidade do Estado brasileiro em ocupar sua posição de maior economia latino-americana na composição do mercado internacional, dessa forma, propondo-se a formular políticas econômicas e sociais que visem esse compromisso.

Em 1982, Furtado escreve *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*, e segundo Grandi (2020), a obra aborda com mais profundidade temáticas que foram apresentadas em *O Brasil "pós-milagre"*, com maior enfoque nas políticas econômicas e nas transformações ocorridas no contexto internacional na passagem da década de 70 para os anos 80. Grandi (2022) aponta que Furtado em 1967, através da publicação do livro *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, apresentava análises sobre tendências à estagnação econômica e ao desequilíbrio externo, além de críticas às orientações do FMI, questões estas que também são tratadas na obra de 1982.

Além das contribuições em *A nova dependência* sobre o estabelecimento das empresas transnacionais na economia brasileira, as possibilidades de ajustar os desequilíbrios inflacionários, as análises acerca do novo sistema de divisão internacional do trabalho e sobre as características desenvolvimentistas da região do Nordeste, Furtado aponta como questão central sobre a crise da dívida externa a perda de autonomia do Estado brasileiro na gestão de suas políticas econômicas, principalmente as políticas monetárias e fiscais. Com a dificuldade do governo em realizar a rolagem da dívida, os déficits recorrentes no balanço de pagamentos e o aprofundamento da crise internacional, o governo contraía cada vez mais novos empréstimos internacionais e presenciava a dívida externa elevar-se mais rápido que a taxa de crescimento do PIB (FURTADO, 1982, p. 17-18). Dessa forma, segundo Furtado (1982, p. 41), como condição inerente à tomada de novos recursos, os credores mundiais, através do FMI, impunha a implementação de políticas com viés ortodoxo na condução da economia interna, a qual penalizava o setor produtivo do país e favorecia meramente os credores internacionais. Ao longo da obra, Furtado prossegue reiterando tal problemática, como ilustrado na passagem abaixo.

Os centros nacionais de decisão ficaram praticamente incapacitados para utilizar os instrumentos tradicionais de política monetária, cambial e fiscal, devido ao processo de integração de amplos segmentos do aparato produtivo em estruturas dirigidas a partir do exterior,

e, principalmente, por causa da internacionalização dos circuitos monetários e financeiros. O endividamento externo desordenado não é mais do que uma consequência dessa perda de domínio do sistema econômico, além de ser um fator autônomo de realimentação do mencionado processo de internacionalização (FURTADO, 1982, p. 85).

Por conta dessa permanente demanda de recursos estrangeiros para refinar sua dívida externa, Grandi (2022) destaca que Furtado possuía considerável preocupação com a perda do controle, por parte do Estado, do nível de liquidez da economia, o que deixou o governo brasileiro mais vulnerável diante de suas relações comerciais no contexto mundial. Vale ressaltar que, de acordo com Gremaud (2022), “no início da década ora analisada, os juros mais amortizações absorviam cerca de 80% das receitas de suas exportações e era três vezes superior ao valor das reservas cambiais mantidas pelo Banco Central do Brasil”. Em face dessa situação, Furtado (1982, p. 46) acreditava que o Brasil deveria renegociar suas dívidas através de uma negociação em bloco com outros países devedores, criando uma organização ao estilo da OPEP, para que pudessem barganhar com os países credores em conjunto, o que poderia elevar o poder de negociação dessas nações.

Dessa forma, Furtado era categórico em afirmar que o governo brasileiro deveria recuperar a autonomia de seu centro de decisão econômico para que as políticas implementadas realmente aspirassem o crescimento e desenvolvimento interno. Portanto, para o autor, a retomada do equilíbrio econômico do país deveria ser iniciado através da retomada do controle do grau de liquidez doméstico, ou seja, do resgate da autogestão de suas políticas monetárias, dissociando os centros de decisões do Estado nacional dos credores internacionais.

Já em 1983, Furtado escreve o livro *Não à recessão e ao desemprego*, considerado a terceira obra da tríade dos estudos de 1981-1983, o qual, segundo Grandi (2020), aborda o fortalecimento das críticas do autor em desfavor ao modelo de implementação de políticas recessivas executado pelo governo militar brasileiro como tática para lidar com a crise da dívida externa e a crise internacional. No prefácio da obra, Furtado já explicita seu notável descontentamento com a forma que o Estado escolhera lidar com a situação caótica a qual encontrava-se o contexto social e econômico do país.

O tom de denúncia que aflora em algumas páginas será compreendido por quem tem consciência da gravidade da situação a que foi conduzido nosso País. Durante muitos anos fomos vítimas de políticas marcadamente anti-sociais, que contribuíram para agravar malformações que nos vêm do passado. As desigualdades sociais se aprofundaram, a massa dos excluídos cresceu ao mesmo tempo que se instalava a classe média na ilusão de uma prosperidade sem limites (FURTADO, 1983, p. 9).

Dentre os argumentos do autor para a sua reprovação acerca da implementação de políticas econômicas recessivas, está a constatação de que a recessão como medida de política econômica é unicamente justificável e executável em países ricos, os quais possuem precauções contra o desemprego, considerável grau de reservas cambiais e relativa facilidade de acesso ao crédito externo, condições que o Estado brasileiro não atende (FURTADO, 1983, p. 15). Portanto, para ele, a terapêutica recessiva recomendada pelo FMI e os credores internacionais visava apenas resguardar os interesses dos mesmos, a fim de que a economia brasileira fosse moldada “de forma a capacitar-se para produzir dólares para os seus credores a qualquer custo” (FURTADO, 1983, p. 16).

Novamente em *Não à recessão e ao desemprego*, Furtado enfatiza a necessidade do governo brasileiro em retomar o controle do processo decisório de suas políticas econômicas internas durante o período da crise da dívida, iniciando essa tarefa através do desvencilhamento da tutela do FMI. Para ele, o FMI tornou-se uma instituição moldada por “condicionalidades” que atendiam os credores mundiais, sendo utilizado como “instrumento para impor aos países do Terceiro Mundo normas tendentes a aprofundar a internacionalização de suas economias, que deixam de ser sistemas auto controláveis para tornarem-se extensões do mercado internacional” (FURTADO, 1983, p. 17). Grandi (2022) enfatiza que a crítica furtadiana do período contrariou com veemência a terapêutica recessiva recomendada pelo FMI, a qual objetivava o aprofundamento do contexto recessivo do país, de modo a adaptá-lo a um nível declinante de importações, a fim de gerar maiores saldos de exportações e, conseqüentemente, atender as indicações do Fundo e dos credores mundiais. Mallorquin (2005, p. 299) corrobora tal visão de Furtado em relação a movimentação do FMI ao pontuar que as orientações do Fundo impulsionaram a instauração de políticas internas e externas que gerassem dólares, as quais asseguravam “a livre incorporação de segmentos internacionais na economia nacional e o desmantelamento do aparato produtivo nacional”.

Na segunda seção do livro, Furtado rebate os argumentos utilizados pelo governo que escolheu adotar as recomendações do FMI e aplicar o modelo de políticas recessivas durante a crise. Dentre as “falácias” apontadas pelo autor está a falácia da interdependência internacional, a qual o Brasil não possuiria por ser um país totalmente dependente economicamente do setor externo e a falácia do pressuposto de que o país só poderia superar a crise através da recessão. Aqui Furtado reforça sua crítica à opção recessiva escolhida pelo governo e elucida diferentes soluções e possibilidades das quais o Estado poderia escolher para reverter os desequilíbrios inflacionários, do balanço de pagamentos e da dívida externa no período histórico abordado na obra. Gremaud (2022) expõe que o economista também enfatiza a característica estrutural da crise econômica mundial, determinada sobretudo pelo desarranjo da organização econômica global “após a maior integração dos mercados nacionais, a crise do sistema bancário privado internacional e pelo excessivo endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, sendo este último fator a nova expressão da dependência econômica”.

Em 1989, Furtado escreveu a obra *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira*, o qual o autor prossegue com sua crítica referente à postura do Estado brasileiro perante às orientações do FMI e do comitê de assessoramento dos bancos estrangeiros. Há um salto temporal na análise do autor acerca dos desdobramentos da crise econômica da década aqui analisada. No decorrer das páginas, Furtado buscou clarificar a crise econômica que o país vivenciava, além de tecer possibilidades que permitiriam às autoridades nacionais resolver os desequilíbrios econômicos internos, especialmente o da dívida externa. Ademais, o livro trata-se de uma obra mais didática, que visa alcançar um grande público, transpondo, dessa maneira, o debate e reflexão para além do âmbito acadêmico e científico.

Segundo Salomão (2020), Furtado foi consistente em sua avaliação acerca da responsabilidade do regime militar pelo agravamento da vulnerabilidade e dependência financeira do Estado ao capital internacional durante sua vigência, principalmente quando avalia-se o quanto foi elevado o nível de endividamento externo em um curto período de tempo. Em 1987, Salomão (2020) salienta que a dívida externa brasileira chegou a aproximadamente 100 bilhões de dólares, tal volumoso grau de endividamento colocava o Brasil como o maior devedor do mundo. Para Furtado, se o regime democrático tivesse sido mantido, seria provável

que o endividamento externo não alcançasse o elevado grau que encontrava-se visto que os governos militares elaboraram suas políticas sem as moderações do Congresso, da imprensa e da opinião pública (FURTADO, 1989, p. 24).

De acordo com Mallorquin (2005, p. 299), quando Furtado se propõe a estabelecer as táticas para o enfrentamento da problemática do endividamento externo e seus pagamentos, sua “saída” parte da constatação de que tal problema é inevitavelmente político. Dentre as estratégias elencadas pelo autor, estava a recomendação de que o governo brasileiro deveria renegociar os prazos de pagamento da dívida frente aos credores estrangeiros para que a pressão de atrair divisas externas fosse amenizada. Tal sugestão foi apontada com ênfase à indispensabilidade de colaboração dos credores internacionais, a qual ressalta a dependência política que o país possuía já que “os países fortes podem escolher entre cooperação e confrontação”. Os fracos não têm esse direito de escolha” (FURTADO, 1989, p. 59). Ademais, o economista acrescenta “a verdade é que o Brasil somente sairá da situação a que se deixou levar, de quase imobilismo interno e externo, mediante um considerável esforço próprio. Não se trata de buscar a confrontação internacional, e sim de reconhecer que ela nos foi imposta” (FURTADO, 1989, p. 59).

Através dessas considerações, Furtado mostrava sua preocupação em manter a pontualidade dos pagamentos referente à dívida externa, contudo, a um prejuízo no qual o país pudesse dispor, sem promover descomedidos sacrifícios à sociedade brasileira, já que a recessão significava um dispêndio em dobro, seja pela saída de recursos financeiros ao exterior através da rolagem da dívida seja pelo declínio da atividade produtiva e da demanda interna (FURTADO, 1989, p. 36). Assim, conforme Mallorquin (2005, p. 299), o economista reforça que o pagamento dos juros da dívida não podem representar um alto custo para o crescimento interno, visto que o crescimento econômico deve ser a base para seguir pagando-a.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve a finalidade de analisar as principais interpretações do economista Celso Furtado sobre os desdobramentos da crise da dívida externa brasileira no decorrer da década de 1980. A revisão da literatura permitiu a

compreensão dos condicionantes que fomentaram o aprofundamento do endividamento externo a partir da análise do contexto histórico entre os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a crise econômica vivenciada pelo Brasil nos anos de 1980. As obras de Furtado que foram estudadas tratam-se de livros do autor escritos no decorrer do período analisado, sendo elas: *O Brasil “pós-milagre”*, de 1981, *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*, de 1982, *Não à recessão e ao desemprego*, de 1983 e, por fim, *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira*, de 1989.

Em síntese, as obras aqui sumarizadas, trouxeram reflexões sobre o cenário econômico vivenciado pelo Brasil durante a década de 1980, a qual foi marcada por severos desequilíbrios internos e externos, em especial, pela acentuada crise do endividamento externo do país. A causa principal da crise apontada pelo autor refere-se ao modelo de crescimento econômico implantado desde os anos iniciais do regime militar brasileiro, que permitiu um agravamento da dependência de recursos estrangeiros, resultando em uma excessiva vulnerabilidade do país perante o contexto internacional. Para mais, a terapêutica recessiva seguida pelo governo brasileiro nos anos de 1980, influenciada diretamente pelas orientações dos credores estrangeiros e o FMI, resultou, em última instância, na perda de autonomia política e administrativa de suas políticas econômicas.

Entre as limitações do trabalho está a ausência de detalhamentos quanto às exposições teóricas e práticas abordadas nas obras aqui analisadas de Celso Furtado. Trabalhos futuros podem expandir o que foi apresentado para esquadrihar com mais detalhes as contribuições e reflexões do autor.

REFERÊNCIAS

BAHRY, T. R.; PORCILE, G. Os ciclos de endividamento da economia brasileira no período 1968-1999. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 8, n.1, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A estratégia brasileira de desenvolvimento entre 1967 e 1973. **Revista de Administração de Empresas**, v. 17, n. 4, 1977.

CASTRO, L.B. Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República (1985-1989) In: GIAMBIAGI, F. *et al.* (Org). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 97-130.

CRUZ, P. D. **Dívida externa, política econômica e padrões de financiamento: a experiência brasileira nos anos setenta**. Tese de doutorado (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, 1984.

GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n.33, 2015.

GRANDI, G. Celso Furtado, 100 anos: O Brasil pós-“milagre” (1981). **Informações FIPE**, n. 477, p. 69-76, jun. 2020.

_____. Celso Furtado, 100 anos: A nova dependência: dívida externa e monetarismo (1982). **Informações FIPE**, n. 478, p. 78-86, jul. 2020.

_____. Crítica ao modelo de desenvolvimento do governo militar no Brasil: a produção intelectual de Celso Furtado entre 1981 e 1983. **Cadernos do Desenvolvimento**, vol. 17, n. 31, p. 112-150, jan.-abr. 2022.

GREMAUD, F. F. **A Crítica Furtadiana ao Fundo Monetário Internacional no começo da década de 1980**. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária), Universidade de São Paulo, 2022.

FURTADO, C. **ABC da dívida externa**: o que fazer para tirar o país da crise financeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A nova dependência**: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973) In: GIAMBIAGI, F. *et al.* (Org). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011a, p. 49-72.

_____. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984) In: GIAMBIAGI, F. *et al.* (Org). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011b, p. 73-96.

MALLORQUIN, C. **Celso Furtado**: um retrato intelectual. São Paulo/Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANZATTO, R.; SAES, A. M. Celso Furtado: Intérprete da Dependência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 78, p. 182-205, jan-abr. 2021.

SALOMÃO, Ivan. Do Estrangulamento Externo à Moratória: a Negociação Brasileira com o FMI no Governo Figueiredo (1979-1985). **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 1, 2016.

_____. Celso Furtado, 100 Anos: ABC da Dívida Externa (1989). **Informações FIPE**, n. 477, p. 77-84, jun. 2020.

VELOSO, A. F.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, 2008.